

Recomendação

“Procedimentos de manutenção e substituição de arvoredo em Lisboa”

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em meados de Agosto de 2012, um Despacho (Despacho nº 60/P/2012) que instituiu um conjunto de normas e procedimentos para a manutenção e remoção de árvores.

O referido Despacho fazia depender qualquer abate de árvores da emissão dos respectivos parecer e autorização prévios, bem como da obrigatoriedade de antecipadamente se informar os cidadãos, tanto por meio da distribuição de folhetos, como pela afixação de placas informativas junto a cada árvore a abater. Estas acções teriam ainda de ser efectuadas com, pelo menos, 15 dias de antecedência relativamente à data prevista para a remoção, tendo os folhetos a distribuir aos moradores de indicar os locais "onde é possível obter informação complementar e meios gratuitos", de modo aos munícipes disporem da possibilidade de contestar a intenção municipal.

Em 2014, no âmbito da reforma administrativa, a manutenção do valioso património arbóreo da cidade de Lisboa passou a ser da responsabilidade das Juntas de Freguesia que, por nem sempre possuírem recursos humanos devidamente habilitados na área da arboricultura urbana, têm que recorrer à contratação de empresas privadas para a prestação desses serviços.

Assim, considerando que, em 2009, a CML aprovou a Proposta nº 102/2009, contendo o Regulamento Municipal de Protecção de Espécimes Arbóreos e Arbustivos.

Considerando que nas cidades, mais importante que plantar novas árvores, é fundamental preservar e saber cuidar das que foram plantadas pelos nossos antepassados, ao mesmo tempo que vão construindo a memória dos locais e das pessoas que os habitam, para além, de as pessoas desenvolvem relações de afecto com as árvores, que estas se destinam a dar sombra, a alegrar a monotonia do ambiente urbano e a absorver as impurezas em suspensão no ar causadas pela combustão resultante da circulação de viaturas.

Considerando que as árvores levam décadas a fazer-se adultas e, ao longo deste processo, vão construindo micro-habitats para várias outras espécies, para além de reduzirem a disseminação de vários gases poluentes da atmosfera.

Considerando que a poda é uma operação desvitalizante da árvore e que só deve ser praticada no período de repouso vegetativo, excepto se se constatar a existência de risco eminente de queda de ramadas em espaço público, que ponha em causa a segurança de pessoas e bens, ou por questões de saúde ambiental, comprovadas por parecer vinculativo de entidade com competências fitossanitárias com quem a CML mantenha protocolo de cooperação, actualmente do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida do Instituto Superior de Agronomia.

Considerando que continuam a ser removidas árvores do espaço público sem que os residentes e outros interessados sejam devida e previamente informados e esclarecidos dos motivos da remoção, e como e para quando está prevista a sua substituição.

Considerando que a CML não acautelou o cumprimento integral do Despacho nº 60/P/2012 pelas Juntas de Freguesias, aquando da transferência dessa competência do Município de Lisboa para as novas Juntas de Freguesias.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Reconheça a importância ecológica das árvores de alinhamento e da arborização dos arruamentos, jardins e parques da cidade de Lisboa.

2 - Garanta que, de acordo com o estipulado no Despacho nº 60/P/2012, só sejam removidas árvores quando tal seja absolutamente indispensável e após transparente divulgação de informação atempada aos munícipes, através da afixação de aviso junto das árvores a abater, sendo que esse aviso deve remeter para a documentação técnica que justifica o abate, a qual deverá poder ser consultada publicamente.

3 - Crie um regulamento sobre os procedimentos de manutenção, poda, abate e substituição de árvores de grande porte na cidade de Lisboa, no mais curto espaço de tempo.

4 - Consigne a obrigatoriedade de existir, previamente a estas operações, um parecer vinculativo de entidade com competências fitossanitárias com quem a CML mantenha protocolo de cooperação.

5 - Dê conhecimento desse regulamento à Assembleia Municipal de Lisboa.

Mais delibera ainda:

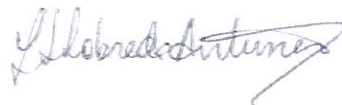
- Enviar a presente deliberação a todos os vereadores da CML, à Liga da Protecção da Natureza, à Quercus, ao GEOTA, à Plataforma por Monsanto, à Associação Lisboa Verde e à Liga dos Amigos do Jardim Botânico.

Assembleia Municipal de Lisboa, 12 de Maio de 2015

O Grupo Municipal de “Os Verdes”



Cláudia Madeira



J. L. Sobreda Antunes